



SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

CONFIRA O SEU CADERNO

01. Este caderno de provas contém questões de múltipla escolha dispostas em ordem numérica, com apenas uma alternativa correta.
02. Confira seu caderno quando o Fiscal de Sala autorizar, pois não lhe será entregue outro, exceto no caso do item 3.
03. Se houver falhas: *folhas em branco, páginas trocadas, falta de questão, má impressão, levante o braço*. O Fiscal de Sala trocará seu caderno.
04. Confira se o caderno de questões corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

INSTRUÇÕES E CUIDADOS NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

01. Confira cuidadosamente seus dados na Folha de Respostas, assine-a, e comunique ao Fiscal de Sala em caso de alguma divergência, não faça qualquer alteração em sua folha.
02. Use caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
03. As Folhas de Respostas preenchidas a lápis, não serão aceitas.
04. Preencha todos os espaços corretamente, a Leitora Óptica é sensível a marcas escuras.
05. Ao terminar, verifique se todas as respostas foram marcadas, mais de uma resposta marcada ou rasurada, invalidará a questão.
06. Leia atentamente as instruções na Folha de Respostas.
07. Valem, exclusivamente, as respostas corretamente assinaladas na Folha de Respostas.

Como preencher:

ASSIM 

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ATENÇÃO:

01. Use para rascunho as partes em branco do caderno.
02. Não será permitido qualquer outro material sobre a carteira, que não seja o da prova.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

nº Insc. _____

Nome por extenso _____

CARGO: PROCURADOR LEGISLATIVO

Este gabarito será destacado somente pelo Fiscal de Sala no momento da entrega da Prova

01	11	21	31	41	51	61	71	81	91	101	111
02	12	22	32	42	52	62	72	82	92	102	112
03	13	23	33	43	53	63	73	83	93	103	113
04	14	24	34	44	54	64	74	84	94	104	114
05	15	25	35	45	55	65	75	85	95	105	115
06	16	26	36	46	56	66	76	86	96	106	116
07	17	27	37	47	57	67	77	87	97	107	117
08	18	28	38	48	58	68	78	88	98	108	118
09	19	29	39	49	59	69	79	89	99	109	119
10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	110	120

Os candidatos aprovados poderão obter o CERTIFICADO DE APROVAÇÃO deste concurso no site www.conseps.com.br mediante pagamento de taxa. O envio será feito após a homologação do resultado.

PROCURADOR LEGISLATIVO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Analise as assertivas que se seguem.

- I. Em regra, o silêncio administrativo não tem importância para o Direito. Porém, se houver lei atribuindo algum significado específico ao silêncio da Administração, ligando efeitos jurídicos à omissão, o silêncio passa a ter importância no mundo jurídico.
- II. Se determinada lei estabelecer que o decurso de prazo sem manifestação da Administração implica aprovação da pretensão, o silêncio administrativo adquire o significado de aceitação tácita. Trata-se da desnecessidade de apresentação de motivação.
- III. O silêncio é ato administrativo por exteriorizar um comando prescrito. Não se trata, pois, de simples fato administrativo, porquanto o silêncio possui os mesmos atributos do ato administrativo.
- IV. A omissão da Administração (seu silêncio) pode representar aprovação ou rejeição da pretensão do administrado, tudo dependendo do que dispuser a norma competente.

Estão corretas as assertivas contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

02. Analise as proposições seguintes:

- I. Atos válidos são os praticados pela autoridade competente atendendo a todos os requisitos exigidos pela ordem jurídica.
- II. Atos nulos são aqueles expedidos em desconformidade com as regras do sistema normativo.
- III. Atos anuláveis são aqueles expedidos com vícios sanáveis, na competência ou na forma, admitindo convalidação.
- IV. Atos inexistentes são os que possuem vícios gravíssimos no seu ciclo de formação, que impedem a produção de qualquer efeito jurídico.

Estão corretas as afirmativas contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV apenas.

03. Em se tratando de responsabilidade civil do Estado, analise as assertivas apresentadas.

- I. A teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873) foi própria dos Estados Absolutistas nos quais a vontade do monarca era revestida de força de lei.
- II. Até o atual estágio, a teoria da responsabilidade estatal percorreu três grandes fases: irresponsabilidade estatal; responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva.
- III. O período da irresponsabilidade do Estado começa a ser superado por influência do direito francês. Um grande passo para a superação da teoria da irresponsabilidade foi uma decisão tomada em 8 de fevereiro de 1873 pelo Tribunal de Conflitos na França, denominada Aresto Blanco.
- IV. A teoria da responsabilidade objetiva (1874 a 1946), também chamada de teoria da responsabilidade sem culpa, foi a primeira tentativa de impor ao Estado o dever de indenizar particulares por prejuízos decorrentes da prestação de serviços públicos.

As assertivas corretas estão contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

04. Os elementos do ato administrativo (competência, objeto, forma, motivo e finalidade) são encontrados na
 - (A) Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
 - (B) Lei nº 4.717/65 (Lei da Ação Popular).
 - (C) Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).
 - (D) Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública).

05. Sobre a responsabilidade do Estado na Constituição de 1988, julgue os itens subsequentes.

- I. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- II. As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- III. O texto constitucional, sobre responsabilidade do Estado, não adotou a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke, segundo a qual somente podem ser atribuídos à pessoa jurídica os comportamentos do agente público durante o exercício da função pública.
- IV. A Constituição Federal, como regra, adotou a teoria objetiva na modalidade do risco administrativo, significando que o pagamento da indenização independe da comprovação de culpa ou dolo (objetiva), nada obstante, haver exceções do dever de indenizar (risco administrativo).

Está correto, APENAS, o contido em

- (A) I, II e IV.
- (B) III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.

06. Em se tratando de intervenção do Estado na propriedade, avalie as seguintes afirmações.

- I. A desapropriação suprime o domínio, deve observar o correspondente procedimento administrativo, alcança quaisquer bens e direitos, com prévia e justa indenização em dinheiro. Tem como particularidade um procedimento que garante o contraditório e a ampla defesa.
- II. O confisco suprime o domínio, tem natureza de ato unilateral, alcança bens usados para o plantio de psicotrópicos, sem indenização. Tem natureza sancionatória e os bens confiscados têm destinação específica.
- III. O perdimento suprime o domínio, decorre de efeito de sentença penal condenatória, alcança bens utilizados para a prática de crimes, sem indenização. Tem natureza eminentemente sancionatória.
- IV. O poder de política não suprime o domínio, tem natureza de direito pessoal público, alcança a liberdade de propriedade. Trata-se de instituto conceituado no Código Tributário Nacional, sendo indelegável a particulares.

Estão corretas as afirmações contidas em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

07. A respeito de contrato administrativo, as cláusulas exorbitantes mais comumente encontradas, previstas na Lei de Licitação e Contratos, são:

- I. exigência de garantia;
- II. alteração unilateral do objeto;
- III. fiscalização;
- IV. inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

08. Analise as afirmativas que se seguem.
- I. Nos termos do art. 22, XXVII, CF/88, compete privativamente à União criar normas gerais sobre licitação e contratos administrativos.
 - II. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem legislar de forma suplementar, sobre licitação e contratos, em razão da competência privativa da União.
 - III. Contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particulares ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.
 - IV. Entre as características mais importantes do contrato administrativo, destacam-se: submissão ao Direito Administrativo; presença da administração em pelo menos um dos polos e desigualdade entre as partes.

Está correto, APENAS, o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

09. No que concerne aos contratos administrativos, analise as assertivas seguintes.

- I. São possíveis alterações quantitativas quando necessária a modificação do valor contratual em razão de acréscimo ou modificação, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para obras, serviços ou compras, e até 25% (vinte e cinco por cento), no caso de reforma em edifício ou equipamento.
- II. A denominada exceção do contrato não cumprido, típica nos contratos privados comutativos, é instituto que autoriza uma das partes a interromper a execução do contrato se a outra parte não cumprir a obrigação que lhe foi imposta.
- III. O instituto da exceção do contrato não cumprido somente pode ser invocado pelo contratado, para suspender a execução contratual, após 90 (noventa) dias de inadimplemento, por parte da Administração Pública, e desde que ausente justa causa.
- IV. A execução dos contratos administrativos deve ser fiscalizada por representantes da Administração Pública, permitida a contratação de terceiros para essa finalidade.

Estão corretas as assertivas contidas em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

10. "ABC" é um consórcio público formado por três entes da Federação. "DEFG" é um consórcio público formado por quatro entes da Federação. Ambos pretendem licitar para compras e serviços não enquadráveis no conceito de engenharia, na modalidade tomada de preços. Nesse caso, o valor estimado da contratação será, respectivamente, de:

- (A) R\$..... até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); R\$..... até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
- (B) R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais); R\$ 1.950.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil reais).
- (C) R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais); R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).
- (D) R\$..... até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

11. Não se sujeitam ao dever de licitar, exceto:

- (A) Concessionários de Serviço Público.
- (B) Permissionários de Serviço Público.
- (C) Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) Fundos Especiais.

12. É dispensável a licitação:

- I. quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- II. quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- III. quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- IV. quando houver inviabilidade de competição.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

13. Sobre contrato administrativo, é correto afirmar que:

- (A) a declaração de nulidade do contrato administrativo não opera retroativamente nem impede os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, bem como não desconstitui os já produzidos.
- (B) a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- (C) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (D) é facultado à Administração, havendo crédito orçamentário próprio, optar pelo contrato com prazo de vigência indeterminado.

14. Considere as proposições elencadas a seguir.

- I. São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- II. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- III. Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- IV. Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Estão corretas as proposições contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

15. São tipos e modalidades de licitação, respectivamente:

- (A) melhor técnica e técnica e preço.
- (B) convite e leilão.
- (C) concorrência e maior lance ou oferta.
- (D) menor preço e concurso.

16. No que concerne ao controle de constitucionalidade, distinguem-se os legitimados universais (desobrigados a demonstrar a pertinência temática) e especiais (obrigados à comprovação da pertinência temática como requisito à propositura da ação). É legitimado especial:

- (A) Mesa da Assembleia Legislativa.
- (B) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) Procurador-Geral da República.
- (D) Partido Político com representação do Congresso Nacional.

17. No que tange ao controle de constitucionalidade abstrato, são legitimados que não possuem capacidade postulatória:

- I. Confederação Sindical;
- II. Entidade de Classe de âmbito nacional;
- III. Partido Político com representação no Congresso Nacional;
- IV. Governador de Estado.

Está correto, APENAS, o contido em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) IV.

18. A Constituição, que tem seu texto elaborado sem a participação popular, mas que, no entanto, para entrar em vigor depende de aprovação popular que a ratifique depois de pronta, denomina-se:

- (A) Flexível.
- (B) Dualista.
- (C) Cesarista.
- (D) Semirrígida.

19. Uma Constituição Federal incapaz de reproduzir com exata congruência a realidade política e social de determinado Estado, inobstante, anseie chegar a este estágio, alcançando perfeita sintonia entre seu texto (Constituição) e o contexto (realidade), é denominada por Karl Loewenstein, como:

- (A) Normativa.
- (B) Nominativa.
- (C) Semântica.
- (D) Plástica.

20. No que tange à teoria da aplicabilidade das normas constitucionais, construída pelo jurista José Afonso da Silva, considere estas afirmações.

- I. As normas de eficácia plena têm aplicabilidade direta e imediata.
- II. As normas de eficácia contida não têm aplicabilidade direta e imediata, porquanto que sujeitas a eventuais restrições.
- III. As normas de eficácia limitada têm aplicabilidade reduzida, e são divididas entre as definidoras de princípios institutivos e definidoras de princípios programáticos.
- IV. As normas de eficácia limitada são aquelas que só produzem seus plenos efeitos depois da exigida regulamentação.

As afirmações corretas estão contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.

21. Observe a seguinte definição de Constituição: A *Constituição não passa de um mero "pedaço de papel", sem força diante da Constituição real, que seria a soma dos fatores reais de poder, isto é, das forças que atuam para conservar as instituições jurídicas vigentes.* Trata-se:

- (A) do conceito normativo de Constituição, atribuído a Karl Marx.
- (B) do conceito político de Constituição, atribuído a Hans Kelsen.
- (C) do conceito jurídico de Constituição, atribuído a Carl Schmitt.
- (D) do conceito sociológico de Constituição, atribuído a Ferdinand Lassalle.

22. São características do poder constituinte originário:

- I. *É inicial*: o resultado do seu trabalho, a Constituição, é a base do ordenamento jurídico, é o documento que inaugura juridicamente um novo Estado e ocasiona a ruptura total com a ordem anterior.
- II. *É ilimitado*: as normas jurídicas anteriormente estabelecidas não são capazes de limitar a sua atividade nem restringem sua atuação.
- III. *É incondicionado*: não se submete a qualquer regra ou procedimento, forma pré-fixada pelo ordenamento jurídico que o antecede.
- IV. *É precário*: esgota-se quando da conclusão da Constituição. Ocorrendo um novo "momento constituinte", de necessária ruptura com a ordem estabelecida, caberá ao poder constituinte derivado a tarefa de instituir uma nova ordem jurídica.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.

23. Em matéria de Direito Tributário, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, em segundo lugar:

- (A) os princípios gerais de direito tributário.
- (B) a analogia.
- (C) os princípios gerais de direito público.
- (D) a equidade.

24. Em matéria de Direito Tributário, aponte a alternativa correta.

- (A) O pagamento exclui o crédito tributário, ao passo que a anistia o extingue.
- (B) A remissão suspende o crédito tributário.
- (C) A moratória suspende o crédito tributário, ao passo que a conversão de depósito em renda o extingue.
- (D) A prescrição e a decadência excluem o crédito tributário.

25. Em matéria de Direito Tributário, analise as proposições seguintes.

- I. São subsidiariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal.
- II. A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais ou jurídicas.
- III. São solidariamente obrigadas à satisfação da obrigação tributária principal as pessoas expressamente designadas por lei.
- IV. É pessoalmente responsável o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.

Está correto, APENAS, o proposto em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.

26. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Aponte a alternativa correta.
- (A) Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
 - (B) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais.
 - (C) A qualidade de associado é intransmissível, sendo vedado ao estatuto dispor de forma contrária.
 - (D) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, *de per sí*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

27. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Nesse contexto, o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro:
- (A) decai em cinco anos.
 - (B) decai em três anos.
 - (C) prescreve em dez anos.
 - (D) decai em quatro anos.

28. Analise as proposições seguintes.
- I. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
 - II. O direito à sucessão aberta é bem imóvel.
 - III. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
 - IV. Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são bens móveis.

Está CORRETO:

- (A) I, II, III e IV
- (B) II, III e IV apenas
- (C) I, III e IV apenas
- (D) I e IV apenas

29. Sobre bens públicos, considere os itens que se seguem.
- I. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
 - II. São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
 - III. São bens públicos os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
 - IV. Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, e não estão sujeitos a usucapião, salvo os dominicais.

Estão corretos os itens

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

30. O precursor dos estudos do poder constituinte originário foi o abade Emmanuel Joseph Sieyès, que às vésperas da Revolução Francesa divulgou um panfleto intitulado:
- (A) *O que é o Terceiro Estado?*
 - (B) *Poder Constituinte Originário.*
 - (C) *Nação e Absolutismo Monárquico.*
 - (D) *O que é Absolutismo?*

31. Analise as assertivas a seguir.
- I. A ação popular só pode ser proposta pela pessoa física em pleno gozo de direitos políticos (cidadão) e a sentença promove essencialmente a anulação do ato lesivo à moralidade, assim como a condenação do réu ao pagamento de perdas e danos.
 - II. A ação de improbidade administrativa pode ser intentada pela pessoa física em pleno gozo de direitos políticos (cidadão *stricto sensu*), pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, e tem como efeitos possíveis da sentença: a) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente; b) ressarcimento integral do dano; c) perda da função pública; d) suspensão dos direitos políticos; e) multa civil; f) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
 - III. A lei de improbidade administrativa é aplicável aos atos praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.
 - IV. A lei de improbidade administrativa tem natureza de lei nacional, diferentemente das leis federais comuns que são obrigatórias somente no âmbito da esfera federal.

Estão corretas, APENAS, as assertivas contidas em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.

32. Entre as categorias de atos de improbidade, aqueles que causam enriquecimento ilícito do agente (art. 9º da LIA) exigem conduta:
- (A) dolosa ou culposa.
 - (B) culposa.
 - (C) culposa ou preterdolosa.
 - (D) dolosa.

33. Nos termos da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:
- (A) as emendas à Constituição Federal e as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração sequencial iniciada a partir da promulgação da Constituição.
 - (B) as emendas à Constituição Federal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição, e as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração sequencial em continuidade às séries iniciadas em 1946.
 - (C) as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração sequencial em continuidade às séries iniciadas em 1891, por ocasião da Proclamação da República.
 - (D) as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas e as medidas provisórias terão numeração sequencial em continuidade às séries iniciadas em 1998, por ocasião da reforma do Estado.

34. São sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa:
- I. administração pública direta e indireta.
 - II. empresas incorporadas ao patrimônio público.
 - III. entidade cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.
 - IV. entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditícios, provenientes de órgãos públicos.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.

35. No que concerne à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação das leis, analise as proposições seguintes.

- I. A unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste.
- II. Os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens.
- III. Os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso.
- IV. Os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos.

Está correto o que se propõe em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

36. A alteração da lei será feita:

- I. mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;
- II. na hipótese de revogação;
- III. mediante revogação parcial;
- IV. nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas determinadas regras.

Estão corretos, APENAS, os itens

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.

37. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa considerada correta.

- (A) O projeto de lei do plano plurianual de cada ente abrangerá os respectivos Poderes e será devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- (B) Integrará o projeto Anexo de Política Fiscal, em que serão estabelecidos os objetivos e metas plurianuais de política fiscal a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando a compatibilidade deles com as premissas e objetivos das políticas econômica nacional e de desenvolvimento social.
- (C) O projeto de lei do plano plurianual será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia trinta de abril do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.
- (D) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

38. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios. Considere-os.

- I. O agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro e o de Livros, a Parte.
- II. Os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso.
- III. As Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce.
- IV. A composição prevista no inciso V poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais ou Transitórias, conforme necessário.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

39. Acerca da responsabilidade fiscal, analise os itens seguintes.

- I. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- II. Na esteira do disposto no item I, enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido: estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- III. Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.
- IV. O Ministério da Fazenda deve divulgar, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

40. Nos termos do Estatuto da Cidade, aponte a alternativa correta.

- (A) O imóvel urbano cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade previstos no plano diretor.
- (B) Fracassada a ordem de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, o Município procederá à aplicação do IPTU progressivo no tempo, através de majoração da alíquota pelo prazo máximo de oito anos consecutivos.
- (C) O valor da alíquota do IPTU progressivo no tempo, fixada em cada ano, não poderá exceder a três vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de 25%.
- (D) Após oito anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante prévio depósito em dinheiro.

41. Nos termos do Estatuto da Advocacia, a incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

- I. membros da Mesa do Poder Legislativo;
- II. membro do Poder Legislativo;
- III. chefe do Poder Executivo;
- IV. militares de qualquer natureza, na ativa.

As atividades corretas estão contidas, APENAS, em

- (A) I e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e III.

42. No que tange ao direito de preempção, é correto afirmar que a preferência municipal na aquisição do imóvel perdurará por prazo não superior a:

- (A) oito anos, nos termos da lei municipal, vedada sua renovação.
- (B) oito anos, nos termos da lei municipal, sendo possível sua renovação após três anos do encerramento da primeira vigência.
- (C) cinco anos, nos termos da lei municipal, sendo possível sua renovação após um ano do encerramento da primeira vigência.
- (D) dez anos, nos termos da lei municipal, vedada sua renovação.

43. O plano diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Trata-se de lei municipal que estabelece regras básicas sobre uso e ocupação do solo urbano. A aprovação de um plano diretor é obrigatória somente para cidades com mais de:

- (A) quinze mil habitantes.
- (B) dez mil habitantes.
- (C) cinco mil habitantes.
- (D) vinte mil habitantes.

44. A par da literatura jurídica, que se empenha em oferecer um conceito adequado de *poder de polícia*, o direito positivo possui um conceito:

- (A) no Código Tributário Nacional.
- (B) na Lei da Ação Popular.
- (C) na Lei do Mandado de Segurança.
- (D) na Lei da Ação Civil Pública.

45. Entre os princípios expressos, norteadores da Administração Pública, destaca-se aquele acrescentado pela Emenda nº 19/98 como um dos pilares da Reforma Administrativa que procurou implementar o modelo de administração pública gerencial. Trata-se do princípio da:

- (A) legalidade.
- (B) publicidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) eficiência.

46. Considere a seguinte assertiva: *A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos*. Essa assertiva retrata o princípio da:

- (A) legalidade.
- (B) motivação.
- (C) autotutela.
- (D) moralidade.

47. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

- (A) Senador da República.
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Deputado Federal.
- (D) Ministro de Estado da Fazenda.

48. Sobre a teoria dos motivos determinantes, analise as proposições elencadas a seguir.

- I. O motivo apresentado como fundamento fático da conduta vincula a validade do ato administrativo.
- II. Havendo comprovação de que o alegado pressuposto fático é falso ou inexistente, o ato torna-se nulo.
- III. Nos casos em que a lei dispensa a apresentação de motivo, sendo apresentada razão falsa, o ato deve ser anulado.
- IV. No caso de ocupante de cargo em comissão, sua exoneração não exige motivação (exoneração *ad nutum*). Inobstante, se for alegado que o desligamento ocorreu em decorrência do cometimento de crime, tendo havido absolvição na instância penal, a exoneração é nula.

As proposições corretas estão contidas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

49. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

- (A) a promoção do bem de todos.
- (B) a erradicação da pobreza e da marginalização.
- (C) o desenvolvimento nacional.
- (D) o pluralismo político.

50. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, nos termos da Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

- I. em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- II. em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- III. em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- IV. em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

Está correto o contido em

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, apenas.